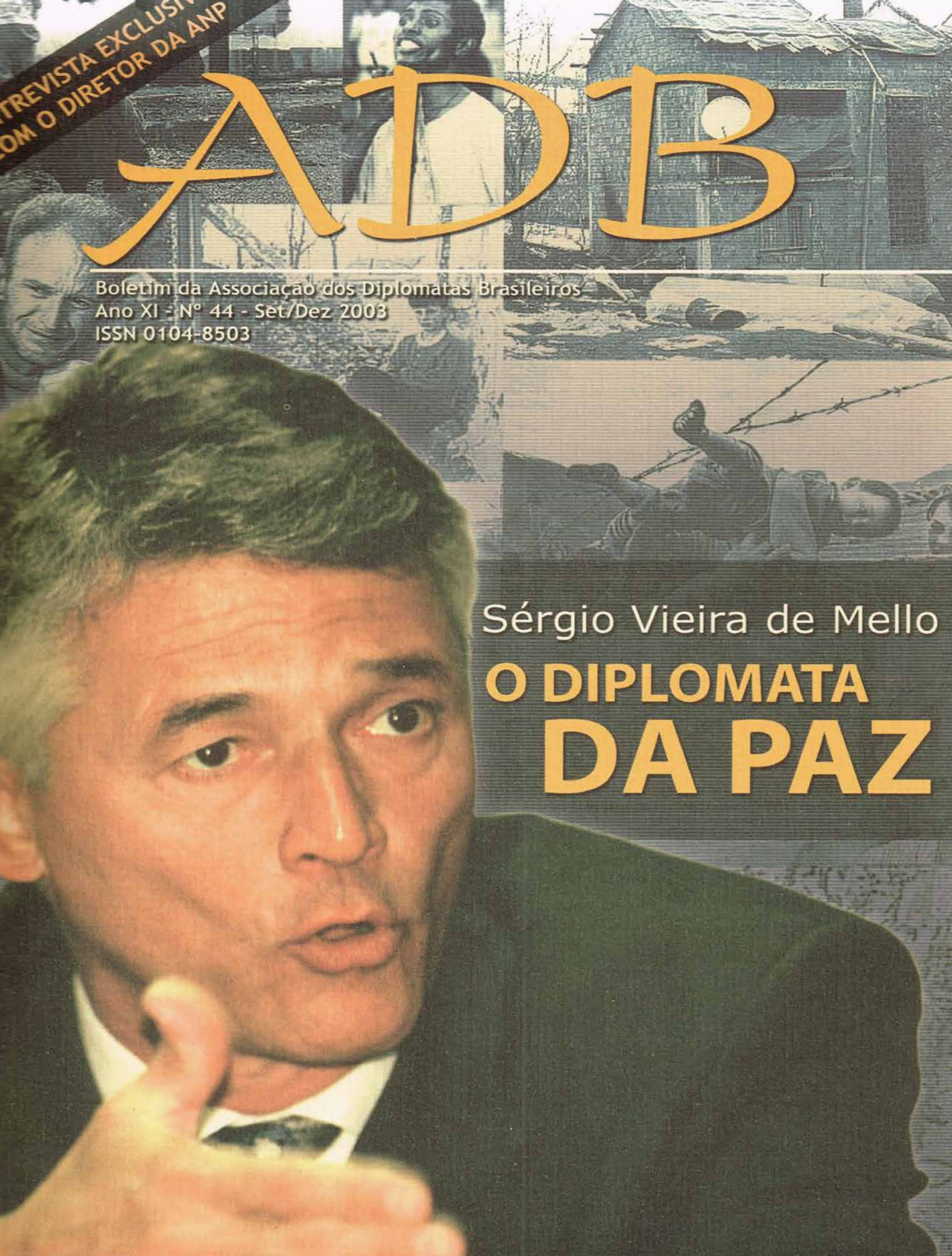
TREVISTA EXCLUSIV
OM O DIRETOR DA ANP

ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XI - Nº 44 - Set/Dez 2003
ISSN 0104-8503



Sérgio Vieira de Mello

O DIPLOMATA DA PAZ

ADB - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço http://www.adb.org.br

ADB
Associação dos Diplomatas Brasileiros
Servir, Informar e Unir

Servir
- Apresentação
- Agenda da ADB
- Serviços

Informar
- Rádio Corredor
- Boletim da ADB
- Legislação

Unir
- Conheça a ADB
- Cyber Café

Assembléia da ADB

Pauta

- Eleição dos diretores cultural e administrativo-financeiro
- Ações judiciais da ADB

Dia: 2 de dezembro de 2003 (terça-feira)
Horário: 10:00 horas
Local: Sala das Bandeiras

Diplomata: não fique só.
Fique sócio da ADB

Concluído Internet

Visite o *site*

www.adb.org.br

Escreva-nos

adb@mre.gov.br

ADB homenageia Sérgio Vieira de Mello

Queria, antes de mais nada, fazer um sincero *mea culpa* pelo lamentável atraso na distribuição do presente número da revista de nossa associação. O presidente da ADB é o maior responsável pela demora na entrega deste número ao associado. Infelizmente, casos extremamente delicados e difíceis em minhas atividades funcionais, aliados a pequenos problemas de saúde impediram que tivesse qualquer contribuição de fundo no processo de elaboração do Boletim da ADB e - o que é pior - atrasaram as minhas palavras aos associados. Recebam todos os colegas as minhas mais sinceras desculpas.

Creio que, uma vez mais, a revista contém matérias de relevância para as atividades dos leitores, o que demonstra o cuidado da Diretoria em concentrar-se em assuntos realmente de interesse do diplomata, independentemente de seu nível hierárquico.

Como não poderia deixar de ser, boa parte da revista é dedicada ao desaparecimento, inesperado e lamentável, do grande brasileiro Sérgio Vieira de Mello. As testemunhas de admiração pelo notável trabalho do insigne patrício, em especial de sua incansável busca da paz e defesa dos direitos humanos, vão desde o secretário-geral das Nações Unidas a jovens juristas e diplomatas que com ele trabalharam. Como não foi possível, neste número, incluir depoimentos de outros jovens diplomatas que serviram com Sérgio, o faremos na próxima edição.

A seção "Além do Itamaraty" contém uma longa, elucidativa e corajosa entrevista do embaixador Sebastião do Rego Barros Netto, diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A pedido do próprio embaixador, a ADB enviou o editor da revista ao Rio de Janeiro e, assim, obtivemos uma entrevista possivelmente mais abrangente e esclarecedora do que as já concedidas à grande imprensa. A entrevista aborda, com objetividade e clareza, pontos fundamentais como as relações da agência com a ministra Dilma Roussef, o papel das agências reguladores em um país como o Brasil, entre outros.

Matéria igualmente importante trata da participação do Itamaraty no processo de definição do Plano Plurianual. Julgo ser esse um assunto que não podemos perder de vista, pois é de fundamental mostrar para os técnicos do Executivo o papel que é cumprido pelo Itamaraty a fim de impedirmos as agruras financeiras que hoje atravessamos. Esses problemas financeiros são incompatíveis com a posição no cenário exterior de um país que aspira a um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. As nossas dificuldades financeiras já passaram a constituir "matéria de imprensa", desde o comentário dos grandes articulistas às notas das colunas sociais. Escreverei sobre esse ponto no próximo número, em especial sobre a situação de nossos funcionários no exterior. Já é alentador que colegas, de diversos níveis hierárquicos, não se furtem a comentar a atual situação do diplomata. Jamais defendemos que ganhemos o que o Brasil não nos pode pagar, mas ao diplomata, pela importância de seu trabalho, deve ser garantida segurança em suas relações financeiras pessoais e conforto e segurança para si e sua família.

Queremos agradecer, finalmente, ao senador Eduardo Matarazzo Suplicy pelas suas pertinentes observações na seção "Ponto de Vista", recomendando especial atenção a que sobre elas meditem os jovens diplomatas, pois a maioria dos problemas e questões ali levantados não se resolverão com a brevidade que gostaríamos.

Luiz Villarinho Pedroso

Índice

página 4

Entrelinhas

O lançamento do livro "Bife de Zinco"e da revista sobre os 40 anos de cooperação Brasil-Alemanha, a eleição de novos membros da Diretoria da ADB, a proposta de ação judicial referente ao pagamento da licença-prêmio e o novo convênio odontológico estão entre os assuntos tratados na seção Entrelinhas.

página 12

Ponto de Vista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) atendeu ao convite da ADB e produziu um artigo sobre os muros que cerceiam o direito universal de ir e vir na região do Oriente Médio e na fronteira dos Estados Unidos com o México. O parlamentar é presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado.

página 5

Novos Tempos

A secretária Fernanda Lamego, diretora de Comunicação da ADB, acompanhou o seminário "Mulher, Política e Poder no Brasil", idealizado pela embaixadora Thereza Quintella e promovido pela Fundação Alexandre Gusmão (Funag), que reuniu ministras, parlamentares, diplomatas e outras personalidades públicas.

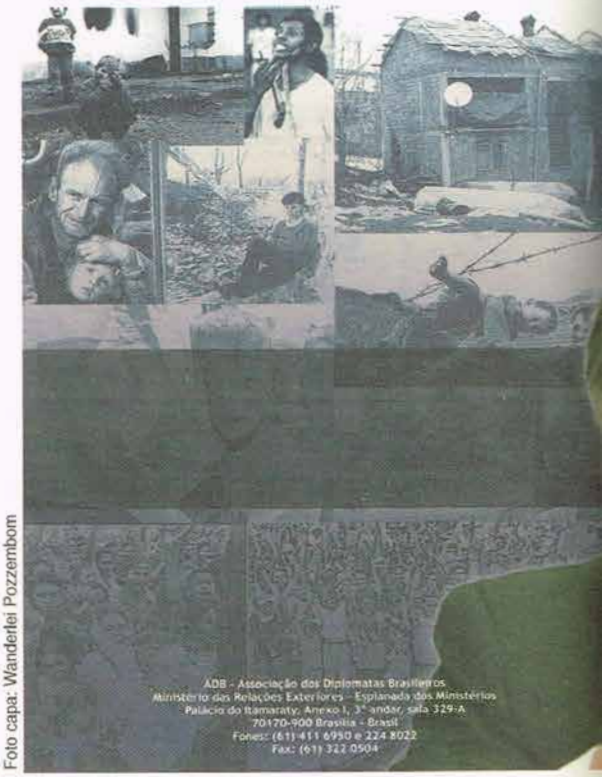


Foto capa: Wanderlei Pozzembom

SCS - Senado Federal

página 9

Raio X Diplomático

O embaixador Ruy Pereira, chefe do gabinete da Secretaria-Geral do MRE, fala sobre a participação do Itamaraty na montagem do Plano Plurianual (PPA) e informa sobre o orçamento do órgão para o próximo ano. Os senadores amazonenses Arthur Virgílio, do PSDB, e Jefferson Peres, do PDT **(foto)**, também comentam sobre o novo processo de construção do PPA.

Gustavo Magalhães

página 14

Carreira Diplomática

O Boletim da ADB esteve presente na formatura da turma 2000 - 2002 e anotou os principais pontos do discurso do presidente Lula e as participações do ministro Marcos Abott Galvão, paraninfo da turma, e do secretário Paulo Gustavo Iansen de Sant´Ana, orador dos alunos.

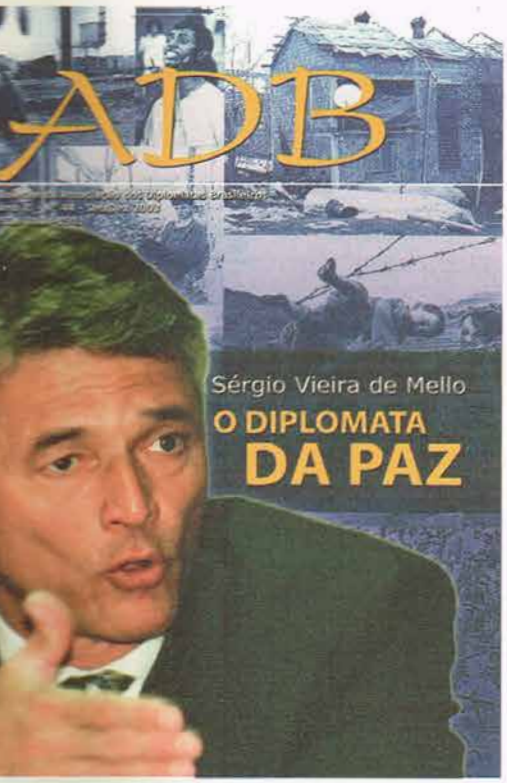
Índice

Marcos Sobral

página 24

Além do Itamaraty

O embaixador Sebastião do Rego Barros Netto, diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), concedeu entrevista exclusiva ao jornalista Ronaldo de Moura. O embaixador fala sobre a experiência de trabalhar fora do Itamaraty, das prioridades do órgão que dirige, avalia os rumos da política externa brasileira e anuncia a aposentadoria para quando encerrar o mandato na ANP.



página 16

Especial

A direção da ADB dedica esta edição ao "diplomata" Sérgio Vieira de Mello, brutalmente assassinado no Iraque, em agosto deste ano. A jornalista Larissa Bortoni produziu o perfil do ex-funcionário da ONU e o secretário Murilo Vieira Komniski relata a experiência de trabalho que teve com o brasileiro em Genebra. O Boletim da ADB publica, ainda, uma mensagem do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, sobre o seu colega e o depoimento da advogada da União Ana Lúcia de Oliveira Paes, que fala da repercussão da morte de Sérgio Vieira de Mello no Timor Leste. O artigo do ministro Celso Amorim para o jornal *Folha de São Paulo* também consta desta seção especial.

páginas 28/29

Carreira Diplomática

O Boletim da ADB discutiu as matérias sobre as dificuldades financeiras do Itamaraty com o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) e a deputada Maninha (PT-DF). A jornalista Sulani Paquier ouviu vários diplomatas a respeito dos problemas funcionais que os membros da carreira diplomática estão enfrentando.

página 31

Memórias do Itamaraty

O conselheiro aposentado Victor Manzolillo de Moraes, autor do artigo "Encontro de gigantes: Rubén visita Machado", imagina o encontro entre o diplomata e poeta nicaragüense Rubén Darío e o escritor Machado de Assis no Rio de Janeiro, na primeira década do século XX.

Convênio

A ADB acaba de firmar convênio com a RADIO - Radiodiagnóstico em Odontologia. A empresa é especializada em implantes dentários e trabalha com materiais de alta tecnologia. Os associados da ADB, além de preços diferenciados, têm facilidade no pagamento. A empresa funciona em três locais: no Conjunto Nacional - 4º andar, salas 4005/4007; no Liberty Mall - Torre A, 1º andar, sala 1122; e no America Tower - 9º andar, sala 910.

Licença prêmio

O Escritório de Advocacia Torreão Braz propôs à ADB ingressar na Justiça com uma ação ordinária para converter a licença-prêmio não gozada pelos diplomatas em pecúnia, no momento da aposentadoria. O advogado garante que outras associações de servidores públicos já tiveram os seus pleitos atendidos. A ação pode beneficiar, em especial, os aposentados há menos de cinco anos. A proposta será debatida pelos diplomatas na assembléia da ADB, marcada para o início de dezembro.

Bife de Zinco

O embaixador Guilherme Leite Ribeiro está recolhendo histórias interessantes para um trabalho que está escrevendo sobre a carreira diplomática. O título do livro vai ser Bife de Zinco, apelido do antigo restaurante do Itamaraty. O autor pede aos diplomatas que enviem casos pitorescos e divertidos a respeito de figuras conhecidas da carreira. O seu e-mail é glr1935@centroin.com.br.

Eleição

Os diretores cultural e administrativo-financeiro da ADB serão eleitos na assembléia que vai se realizar no dia 2 de dezembro, às 10:00 horas, na Sala das Bandeiras. Também consta da pauta da reunião um balanço das ações judiciais da ADB e a definição das iniciativas que serão adotadas para defender os interesses dos associados na Justiça.

Cooperação Br-Alemanha

Os 40 anos de cooperação entre o Brasil e a Alemanha serão marcados pelo lançamento de um livro comemorativo no dia 27 de novembro, às 16:00 horas, no auditório do Palácio Itamaraty. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a embaixada da Alemanha estão organizando, também, uma exposição de fotos no mezanino e a apresentação da Orquestra Amazônica. O evento deve contar com a participação de ministros, diplomatas, parlamentares brasileiros e autoridades governamentais do Brasil e da Alemanha.

Nota de falecimento

O diplomata Ruy Pinheiro Vasconcelos, embaixador em Túnis, e o conselheiro Antônio Humberto dos Cavalcanti de Albuquerque e Fontes Braga, faleceram, respectivamente, nos dias 7 de setembro e 11 de agosto. Os dois diplomatas prestaram valiosos serviços ao Itamaraty e eram sócios da Associação dos Diplomatas Brasileiros. A diretoria da ADB lamenta o falecimento dos colegas e manifesta solidariedade às suas famílias.

Home Page da ADB

A página da ADB na Internet passou a ser hospedada pelo provedor Brturbo. A transferência para uma empresa privada foi motivada por uma solicitação do Ministério das Relações Exteriores para retirar o *site* da associação de sua rede.

Itamaraty promove discussão sobre mulher, política e poder

O auditório do Palácio Itamaraty ferveu no último dia 4 de setembro. Com o salão lotado, ministras de Estado, parlamentares, políticas profissionais, diplomatas, líderes comunitárias, feministas, assessoras e ativistas reuniram-se para debater, do início da manhã até à noite, o tema "Mulher, Política e Poder no Brasil". A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, conseguiram reunir lideranças femininas dos mais diversos matizes ideológicos e origens regionais do Executivo e Legislativo.

Para citar alguns nomes, participaram dos debates a ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, a chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Emília Fernandes, a titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, a deputada federal Luíza Erundina (PSB-SP), a embaixadora Thereza Quintella e a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O tema predominante foi o preconceito que as mulheres enfrentam quando ousam ocupar altos cargos de chefia no governo brasileiro. A idealizadora do seminário e presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, embaixadora Thereza Quintella, que já havia promovido, em março último, a mesa-redonda "Mulher na Diplomacia: acesso, ascensão e atuação", explicou que o objetivo do evento foi criar mais um espaço para uma reflexão aprofundada sobre a presença da mulher brasileira no poder e na política e sobre o que isso pode significar para o País.

Arquivo ADB

"Por que as diplomatas têm mais dificuldades para ascender aos níveis hierárquicos mais elevados da carreira?", questiona a embaixadora Thereza Quintella, organizadora do seminário.

A embaixadora, aliás, vem buscando sensibilizar a alta chefia e o pessoal diplomático do Itamaraty para a questão. "Se as condições de acesso à carreira de diplomata, a capacitação e o treinamento são iguais, por que as diplomatas têm muito mais dificuldade do que seus colegas homens para ascender aos níveis hierárquicos mais altos e às funções de mais poder?", questiona.

Fracasso da lei de cotas

O debate começou pela presença da mulher no Poder Legislativo. O secretário-geral, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, enfatizou que as mulheres estão sub-representadas no Parlamento brasileiro. Elas

ocupam apenas 10% das cadeiras no Senado e na Câmara, apesar de a lei de cotas nos partidos ter tentado, sem êxito, corrigir essa distorção. "Faltam pelo menos 40% para se chegar a uma representação ideal".

Rose Brasil

Ministra Emília Fernandes: o poder é branco, rico e masculino

No Ministério das Relações Exteriores, acrescentou o secretário-geral, o ministro Celso Amorim designou cinco mulheres diplomatas para posições de grande importância, entre elas a embaixadora Vera Pedrosa, primeira mulher a ocupar uma Subsecretaria-Geral. "O grande desafio do governo Lula é diminuir as disparidades sociais - de gênero, raça e riqueza, sustentadas por mecanismos de concentração de poder que beneficiam uma minoria. Para se construir um futuro de igualdade, justiça e democracia é preciso mudar isso. Quando as mulheres ocupam posições de chefia, há mudanças no imaginário e elas são vistas como tão competentes quanto os homens ou mais", afirmou o embaixador Samuel.

A representante da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) destacou que a mulher sempre participou do poder no Brasil, ainda que fora dos palanques, nos bastidores. "Queremos quebrar a idéia de que a mulher é frágil, não participa do poder, é sempre a vítima". Ela lembrou que, em 1928, pela primeira vez uma mulher entrou na Justiça pelo direito de votar, e que, em 1934, foi eleita, em Mossoró, a primeira prefeita do Brasil.

Bancada do batom

Autora da lei que criminaliza o assédio sexual no Brasil, a deputada Iara Bernardi (PT-SP) elogiou a atuação da bancada feminina, mais conhecida como a "bancada do batom", na Assembléia Constituinte e, mais recentemente, na elaboração do novo Código Civil. Disse esperar que o governo Lula tenha a cara do movimento feminista, o que se traduziria na maior participação das políticas públicas voltadas para as mulheres no Plano Plurianual e no orçamento.

A deputada denunciou a baixa participação da mulher na vida política do País. "Sem ações práticas, nada muda. Grandes corporações e sindicatos não financiam candidaturas femininas. Nos textos das reformas previdenciária e tributária não aparecem questões de gênero. Nas prefeituras, nossa representação, de apenas 5%, é ainda mais baixa que no Parlamento, onde temos 10%". Citou ainda o escândalo de Porto Ferreira, onde autoridades públicas estariam envolvidas com uma rede de prostituição de meninas de até 9 anos de idade.

O seminário centrou-se também nos desafios da mulher no Poder Executivo. A secretária-adjunta de Gestão do Ministério do Planejamento, Maria Izabel Almeida, afirmou que no serviço público federal os homens são solidários, mas não as mulheres. Uma outra dificuldade seria a relu-

tância que as pessoas têm em aceitar os títulos das mulheres. "Para as secretárias, qualquer homem é doutor, mas nunca uma mulher, mesmo que tenha doutorado". Ela relatou o caso em que era titular de duas cátedras na universidade, mas foi chamada de "filhinha" por um funcionário.

A representante da governadora Rosinha Garotinho e secretária de Administração do Rio de Janeiro, Vanice Lírio do Valle, comentou sobre as dificuldades de acesso das mulheres aos cargos de alta gerência, tanto no serviço público quanto no setor privado. Com a ferramenta impessoal de admissão, o concurso público, as mulheres entram nas carreiras, mas não sobem - exceto em cargos muito específicos, como diretoras de escolas. "Além disso, a mulher que trabalha é assolada por um sentimento de culpa constante. Está sempre em falta com a casa, com os filhos, com o trabalho. A mulher que chefia, então, é a rainha das transgressoras, sua culpa é enorme", afirma.

Campanha Nacional

A secretária especial de Políticas para as Mulheres, ministra Emília Fernandes, aproveitou o evento para lançar a campanha pública nacional "Mulheres no Poder, Agora é Pra Valer!". Gaúcha, oriunda da luta sindical na área da educação, a ministra dá sua receita para o fortalecimento do poder feminino: "Nós somos muito tolerantes com a discriminação que chega acima de nós, contemporizamos demais, aceitamos os argumentos históricos e culturais do machismo. O poder é branco, é rico, é masculino, e há uma ideologia patriarcal que legitima a dominação masculina, que se naturaliza. É preciso quebrar a barreira do poder, ocupando-o de uma forma nova, integrando as listas diversas, contra o machismo, a homofobia, o sexismo".

Ao observar que a platéia, após a saída do secretário-geral, ficara praticamente destituída de homens, a ministra pediu aplausos para os poucos que ficaram, e brincou, dizendo que ainda fará um debate onde só homens possam participar,

Roosewelt Pinheiro

"O poder é uma coisa boa e necessária", afirma a deputada Luíza Erundina

já que aqueles solidários com a causa da mulher seriam bons agentes multiplicadores da mudança. Por fim, ela criticou o conservadorismo das instituições brasileiras: "O Senado é altamente conservador, os projetos das senadoras nunca são prioridade. O governo Lula tem cinco ministras, mas isso não é suficiente. Elas são poucas nos altos cargos da diplomacia, da OAB, do governo federal. O grande desafio é conquistar o poder, mas o poder para, o poder com, e não o poder sobre", finalizou.

Visão sobre o poder

A ex-prefeita de São Paulo, deputada Luíza Erundina de Souza (PSB/SP), que iniciou a terceira parte do seminário, "O Diálogo Feminino entre o Executivo e o Legis-

lativo", criticou a idéia de que o poder não foi feito para as mulheres. "Para muita gente, o poder é algo sujo, corrompe, é ruim, é para homens, a mulher não tem apetite para o poder. Temos que compreender que o poder é uma coisa boa e necessária. Há que se fazer uma ruptura com essa aversão da mulher ao poder a fim de não reproduzirmos o paradigma patriarcal, autoritário e machista", disse Erundina, que não poupou elogios à bancada feminina. "Os homens na Câmara dos Deputados estão divididos pela competição, por individualismos. A bancada feminina se impõe por sua unidade, capacidade e presença ativa. Nós nos vemos mais como companheiras com interesses comuns, suprapartidários, de construir uma sociedade mais fraterna, justa e civilizada".

Rose Brasil

A ministra da Assistência Social Benedita da Silva criticou o machismo e o racismo que predominam no meio político e na administração pública

Preconceitos

O preconceito contra a mulher no Executivo foi o tema central do discurso da ministra Benedita da Silva. "Vocês não podem imaginar o que acontece nos bastidores de campanha de uma mulher que se atreve a exercer uma tarefa no Executivo numa sociedade conservadora e racista. Nunca vi coisa mais preconceituosa do que a reação contra a mulher no Executivo de alto nível. Eu, como mulher e negra, fico até emocionada", desabafou.

A ministra disse buscar, além do envelhecimento saudável aos 61 anos de idade, o pragmatismo. Para ela, não bastam as leis, é preciso haver ações, orçamento para se executar as políticas públicas.

O ministro Celso Amorim encerrou o evento com o lançamento do livro "Defesa dos Direitos da Mulher. Instrumentos Internacionais" (MRE/Funag). Antes, teceu alguns comentários sobre a carreira da mulher diplomata. "É característica de todo preconceito negar que ele existe. No seminário anterior, detectamos muitos defeitos no próprio Itamaraty em relação ao pleno uso da capacitação das mulheres no nosso Ministério".

Avanços no Itamaraty

Segundo o ministro Celso Amorim, é evidente a maior presença da mulher na base da pirâmide da carreira, mas não no topo. Por outro lado, Celso Amorim reiterou a nomeação da embaixadora Vera Pedrosa como Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos como um avanço, e enfatizou o grande número de mulheres promovidas no último semestre, "não por serem mulheres, mas por serem competentes - porque antes elas eram competentes, mas não eram promovidas, por serem mulheres", afirmou o ministro.

Governo Lula incorpora a sociedade civil na discussão do planejamento e orçamento da União

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2004/2007 da administração petista traz grandes novidades. O seu processo de elaboração, pela primeira vez na história, contou com a participação de diversas organizações da sociedade civil. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, foram realizados fóruns, seminários e encontros temáticos, em todas capitais do País, para discutir as ações e prioridades do governo federal com empresários, sindicatos, ONGs e organizações comunitárias.

A iniciativa é importante porque o PPA é responsável pela definição estratégica das ações do governo para os próximos quatro anos. A cada nova gestão, o governo federal precisa encaminhar esta peça orçamentária ao Congresso Nacional, até o final de agosto do primeiro ano da administração. A proposta de macroplanejamento do País, a partir daí, é examinada e aprovada pelos parlamentares até o final desse mesmo ano. O PPA também funciona como um fator de balizamento para a elaboração das leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e dos orçamentos da União para os anos seguintes.

Na opinião do embaixador Ruy Pereira, chefe do gabinete do secretário-geral, o traço do PPA do novo governo é sinônimo de democracia e de participação social. O embaixador ressalta que essa característica trouxe resultados positivos para o plano estratégico de política externa e para o orçamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE). "Pudemos expor uma série de especificidades que são únicas dentro do governo federal e que, por isso, merecem diferentes considerações".

As opiniões das lideranças políticas são divergentes. O senador Jefferson Peres (PDT-AM), ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, aplaude o novo plano de governo. Segundo ele, o envolvimento de um grande número de segmentos sociais é vantajoso quando se trata de uma decisão política tão crucial como o desenvolvimento do País e o seu orçamento. "O que será feito com o dinheiro que se arrecadou da sociedade deve envolver não só o Congresso, mas os contribuintes também".

SCS - Senado Federal

O senador Jefferson Peres apóia a política externa do governo Lula

Já o líder do PSDB na Casa, senador Arthur Virgílio (AM), que é diplomata de carreira, não identifica grandes mudanças e entende que o atual governo está seguindo, em linhas gerais, o que herdou da administração FHC. Ele sustenta que a tradição trouxe solidez para as estratégias das relações internacionais do País. "Entra e sai governo e as vias são mantidas. A política externa é uma evolução civilizatória que vem de muito tempo".

Orçamento do MRE para 2004

O orçamento proposto pelo governo para o próximo ano é o maior dos últimos cinco anos: são quase R$ 800 milhões, o que representa um aumento de 49,1% em relação ao valor de 2003 (veja tabela abaixo). Apesar do aumento, de acordo com as contas do Itamaraty, seria necessário um valor de R$ 2,2 bilhões para cobrir os gastos com pessoal (salários, aposentadorias e pensões) e custeio (passagens, diárias, terceirização). A proposta do Poder Executivo para 2004 está sendo, neste momento, analisada pelo Congresso e pode, até dezembro, ser ainda modificada pelos parlamentares.

Lei Orçamentária do MRE nos últimos 5 anos (em R$)

Ano	Pessoal	Custeio
1999	274.380.971	222.825.78
2000	365.833.089	331.288.015
2001	384.462.398	379.912.99
2002	583.426.838	523.271.258
2003	484.812.462	564.754.69
2004 (Previsto no PLOA)	352.407.221	744.730.188
2004 (Pedido pelo MRE)	474.672.630	1.701.991.37

*Fonte: MRE - Secretaria-Geral ** Não inclui Funag

Ruy Pereira explica que a realidade do Itamaraty é muito distinta da de outros ministérios. Segundo ele, o orçamento do MRE é discutido, aprovado e contabilizado em reais, mas, na maioria das vezes, os gastos são realizados em moeda estrangeira. "As despesas são feitas na moeda corrente dos mais de 100 países onde temos sede diplomática e consular". O embaixador lembra, ainda, que o risco cambial não é uma variável orçamentária para os outros ministérios, mas, para o Itamaraty, representa um problema concreto. Outra diferença é a dificuldade de mensurar a qualidade da ação diplomática pelos instrumentos de avaliação da gestão pública.

O embaixador lembra que, até o ano passado, o montante destinado ao ministério era congelado no início do exercício orçamentário. "Você não conseguia gastar o que era realmente aprovado pelo Parlamento". Ele espera que o governo Lula vá atuar de forma diferente. "O orçamento aprovado será o orçamento efetivamente gasto."

Prioridade para o Mercosul

A integração econômica, política, física e cultural dos países da América do Sul e a reconstrução do Mercosul são as principais prioridades do governo Lula. A ampliação dos serviços de assistência e proteção consulares aos brasileiros que residem ou visitam o exterior, a intensificação das relações com o continente africano, e a ampliação do acesso dos bens de serviços nacionais aos mercados externos também fazem parte das diretrizes do PPA para a política externa.

No Plano Plurianual aprovado no governo FHC, o Itamaraty tinha oito grandes programas de ação para desempenhar as suas funções. O novo planejamento prevê uma subdivisão dos programas. A partir de agora, o MRE vai administrar 21 programas, entre os quais está a assistência consular, que, segundo Ruy Pereira, é de grande importância para os cofres brasileiros. "Os brasileiros que estão no exterior remetem ao País, de acordo com as previsões, um montante anual de 2,5 a 5 bilhões de reais". O embaixador informa que não há nenhum produto na pauta de exportação brasileira que, considerado individualmente, alcance esses valores.

O embaixador Ruy Pereira reafirma a prioridade para o Mercosul e sustenta que

todas estratégias do governo estão sendo construídas com base na reestruturação e impulsão do acordo entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. "Nós pensamos Mercosul todo o tempo. Vamos transformá-lo num espaço privilegiado para o Brasil e seus sócios". O embaixador salienta ainda que as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), dos países da África do Sul e Ásia estão em perfeita sintonia com o principal objetivo, que é a recuperação do Mercosul.

Na opinião do senador Arthur Virgílio, o governo só terá êxito na condução da política externa se não ficar preso a teorias. Ele afirma que a área geopolítica em que se encontra o Brasil tem forte influência norte-americana e isso deve ser aproveitado para se obter independência e ganhos econômicos. Sobre o enlace entre o Brasil e a ALCA, Arthur Virgílio aposta na entrada firme, inteligente e sutil do Mercosul. "Nosso PIB é maior do que o da Alemanha, isso garante respeito. Você tem um grande mercado consumidor para colocar os seus produtos". O senador diz, ainda, que a iniciativa poderá garantir sucesso nas negociações.

Orlando Brito

O senador Artur Virgílio, líder do PSDB, não vê diferenças entre Lula e FHC na política externa

Na avaliação do senador Jefferson Peres, o presidente Lula está caminhando na direção certa. Ele considera que o discurso terceiro-mundista sobre a exploração da economia brasileira está sendo superado e esse é um bom começo. "Eu faria distinções pessoais sobre algo, mas, de modo geral, aprovo a política externa e macroeconômica do governo".

Diferencial do governo Lula

A posição do Itamaraty é muito clara. "Estamos aqui para trabalhar com convicção na realização dos objetivos definidos pelo presidente da República". Ruy Pereira observa mudanças no comportamento do País. Ele afirma que a inserção do Brasil no exterior e os fundamentos das propostas políticas estão partindo do princípio da solidariedade. "O que agora fica nítido, anteriormente era difícil de constatar". O embaixador afirma que prioridades mais humanitárias estão se concretizando.

Ele explica que o governo está preocupado com a defesa do multilateralismo no plano mundial e as relações com os grandes países da periferia do mundo em desenvolvimento. Ruy Pereira ressalta que a adoção de novas ações não invalida a prática exigida nos relacionamentos com os grandes atores internacionais. Ele entende que o governo brasileiro tem um importante papel na discussão internacional pela luta contra o subdesenvolvimento. "O Brasil poderá ser visto como uma grande democracia preocupada com as questões da miséria, da pobreza e da fome". O embaixador conclui que essa orientação poderá se tornar no grande diferencial da política externa do governo Lula.

Os muros que separam os homens

Do muro que separa Israel da Cisjordânia, o presidente Georges W. Bush não gostou nem um pouco. Nesse assunto, concordo com ele: a construção de um muro não garante o fim do terrorismo, da violência e da guerra naquela região. Um muro apenas separa as pessoas, nada mais.

Tanto isso é verdade que, apesar de sua construção, no dia 12 de agosto, dois jovens suicidas detonaram as bombas que carregavam em seus corpos, matando duas pessoas e ferindo onze. Isso aconteceu nas cidades de Rosh Haayin, próxima à capital israelense, Tel Aviv, e Ariel, uma das colônias ocupadas pelos judeus na Cisjordânia, num intervalo de menos de uma hora.

Mapa da Estrada

Esse fato mostra como será difícil a construção da paz, que precisa estar apoiada no respeito e na justiça para ambos os lados, pois interrompeu, depois de seis semanas, a trégua que havia sido estabelecida no acordo sobre o "Mapa da Estrada".

A convite do governo de Israel, viajei recentemente para o Oriente Médio para examinar o processo de paz. Fui a Tel Aviv e a Ramallah, na Palestina. Estive com diversos representantes do governo Ariel Sharon, com Shimon Perez e com Yasser Arafat.

Carta do Lula

Levei carta do presidente Lula para Sharon e Arafat, expressando a esperança dos brasileiros de que o exemplo que temos aqui de cooperação e amizade entre descendentes de árabes e judeus possa servir de exemplo para chegarem a um entendimento. A retomada da construção do muro pelo governo israelense, e, agora, os novos atos suicidas, trazem de volta a preocupação fundamental: como pensar a paz.

O muro da separação começou a ser construído em junho do ano passado, seguindo mais ou menos o traçado da imaginária "linha verde" - ou "mapa da estrada" - que separa Israel da Cisjordânia, com a justificativa israelense de "proteger o Estado judeu dos terroristas

palestinos". Agora, numa segunda etapa, Israel pensa gastar US$ 170 milhões para prosseguir com mais 800 metros do muro de seis metros de altura, que vai separar mais ainda os dois povos.

Com o segundo muro, 7.700 palestinos que vivem nas cidades árabes de Nazlat Isa e Baka Al-Sharkie ficarão isolados e não poderão sair da região sem passar pelos postos de controle israelenses. Louvo a posição do governo Bush de querer limitar o aval da ordem de US$ 9 bilhões que ofereceu ao governo israelense caso venham a insistir na construção daquele muro.

A construção de muros não acaba com a violência e o terrorismo e não basta a livre circulação do capital, bens e serviços. A construção da paz e a real integração econômica, social e política deve levar em conta o ponto de vista dos seres humanos, afirma o senador Suplicy.

Nafta x Muro

O governo americano, entretanto, também deveria se indignar com outro muro. É o que separa os Estados Unidos do México. A região era uma fronteira aberta de dois países amigos, com mais de três mil quilômetros de extensão. Mas, logo depois que entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio da América do Norte - o Nafta -, as políticas migratórias dos Estados Unidos foram se restringindo cada vez mais.

Tudo existe ali para impedir a entrada dos mexicanos e outros latino-americanos. São cercas altíssimas, paredes de concreto e equipamento eletrônico de vigilância. De um lado, a riqueza de um país industrializado. De outro, um povo pobre que busca apenas vender sua força de trabalho a preço baixo, em busca de uma vida melhor.

Discriminação

Mas os latino-americanos não podem mais entrar. Ao contrário dos canadenses, na fronteira norte dos Estados Unidos, quase três vezes maior que a mexicana. Para os cidadãos do Canadá, de economia mais homogênea em relação à dos EUA, a passagem é muito mais livre.

Se os EUA desejam que haja uma Área de Livre Comércio das Américas, que permita a livre circulação do capital e de bens e serviços através das fronteiras, precisariam antes considerar que uma real integração econômica, social e política deverá levar em conta, sobretudo, o ponto de vista dos seres humanos.

Exemplo europeu

Na União Européia, hoje, as pessoas podem escolher em que país preferem estudar, trabalhar e viver. Só poderá haver verdadeira integração das Américas quando do Alasca à Patagônia puder haver a livre circulação das pessoas e o direito inalienável de todos os americanos de participar da riqueza das nações americanas.

Eduardo Matarazzo Suplicy
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Formandos do IRBr prestam homenagem ao ministro Marcos Galvão

Os 25 alunos da turma de 2000 do Instituto Rio Branco, primeiros diplomatas a se formarem no governo Lula, tiveram dois grandes privilégios no dia 18 de setembro: o primeiro foi almoçar com o presidente da República e 11 ministros de Estado, logo após a cerimônia de formatura, como reza a tradição; o segundo foi ter como paraninfo o ministro Marcos Abott Galvão, que foi professor de Política Externa Brasileira da turma e que, atualmente, serve na embaixada do Brasil em Washington. Seu discurso de agradecimento foi capaz de tocar não apenas os diplomatas presentes, mas também amigos e familiares pouco familiarizados com a atividade diplomática.

Gustavo Magalhães

O presidente Lula e o ministro Celso Amorim posam para foto oficial da turma de 2000 dos formandos do IRBr

Galvão formou-se em 1981, ano em que as liberdades democráticas ainda eram uma ficção no País. Como boa parte da geração que adolesceu na década de 70, sua turma era composta por jovens cheios de ideais, com grande vontade de participar das tomadas de decisões que transformariam o Brasil em um país grande, justo e desenvolvido. Desiludidos com a escalada de arbitrariedades que se sucediam durante o regime militar, alguns pensaram em desistir da carreira, outros queriam protestar contra os rumos que a Nação tomava. E nenhuma ocasião seria tão boa quanto o discurso de formatura da nova turma, que, naquela época, acontecia sempre no Dia do Diplomata.

A turma de Galvão, contudo, não teve essa oportunidade. A cerimônia de formatura foi simplesmente suspensa, e os alunos receberiam, mudos, seus frios certificados pelos correios. Daí a alegria e a emoção do ministro Galvão ao ser escolhido como paraninfo da turma Sérgio Vieira de Mello, e, finalmente, poder contar essa triste história às novas gerações de diplomatas (quadro anexo).

Atraso presidencial

O presidente da República causou apreensão ao não chegar a tempo para o discurso do orador da turma Sérgio Vieira de Mello, secretário Paulo Gustavo Iansen de Sant´Ana, que prestou uma justa homenagem ao mais alto funcionário das Nações Unidas que o Brasil já teve. Outros pontos de maior destaque do discurso de Sant´Ana: necessidade de aprofundar o diálogo com toda a sociedade brasileira na formulação de políticas públicas; aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas; e fortalecimento do multilateralismo, com a reestruturação de organismos multilaterais - incluindo a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas - de modo a incorporar aos centros decisórios internacionais parcelas até o momento periféricas da população mundial.

O presidente falou durante o almoço em homenagem ao Dia do Diplomata e aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos formandos quanto às respon-

sabilidades de ajudar a construir um grande país: "Eu quero terminar dizendo, se posso assim chamar, às meninas e aos meninos que se formaram, que o mundo que espera vocês é um mundo de mais paz, mas, ao mesmo tempo, mais conturbado do ponto de vista da exigência com que vocês serão cobrados daqui para a frente. O Brasil é um país por demais importante e muitas vezes não fomos mais importantes porque não nos demos importância. O governo tem a decisão política de fazer com que o País utilize todo o seu potencial de ousadia, todo o seu potencial de política externa, para inserir o Brasil no mundo como um país grande, um país que gosta de respeitar e, ao mesmo tempo, um país que quer ser respeitado. Não aceitamos mais participar de política internacional como se fôssemos os coitadinhos da América Latina, um 'paisinho' do terceiro mundo, um 'paisinho' que tem criança de rua, um 'paisinho' que só sabe jogar futebol e só sabe pular carnaval. Este país tem muito mais do que isto. Este país tem grandeza, tem intelectuais, tem cientistas, tem trabalhadores, tem governantes, tem políticos, tem diplomatas, este país tem tudo para se igualar a qualquer país do mundo. E disso nós não abrimos mão".

Trecho do discurso de Marcos Abott Galvão

• "Vinte e dois anos e cinco meses atrás, 22 de abril de 1981, meus colegas e eu estávamos sentados nesses mesmos lugares que vocês ocupam hoje.

• Era um Brasil muito diferente. Nós não tivemos patrono, nem paraninfo, nem muito menos orador da turma.

• Durante duas décadas foi assim. Os governos daquele tempo fugiam de palavras e atos que pudessem expor a nossa verdadeira realidade.

• Na política externa, sobretudo a partir de meados dos anos setenta, o discurso internacional do Brasil soava como algo quase descolado da face interna do regime.

• As muitas contradições com o quadro doméstico, porém, não podiam deixar de comprometer a credibilidade de nossas posições no plano externo.

• O governo brasileiro pregava uma ordem internacional democrática e participativa, enquanto, aqui dentro, fazia exatamente o oposto.

• Defendia para o mundo o império do direito, enquanto, aqui dentro, impunha a lei do arbítrio.

• Denunciava as disparidades mundiais entre o Norte e o Sul, enquanto, aqui dentro, punha em segundo plano a redução da distância entre os nossos próprios ricos e pobres.

• Criticava lá fora a bipolaridade Leste-Oeste, enquanto, aqui dentro, pelo mesmo prisma ideológico da Guerra Fria, tentava justificar o regime de exceção.

• Essas contradições, no entanto, não eram a única causa de nossos problemas de credibilidade internacional. Havia, também, momentos infelizes em que a política externa mantinha estreita coerência com a política interna.

• Jamais consegui ver motivo de orgulho, por exemplo, no mau uso que se fez dos argumentos da soberania e da independência, invocados na tentativa de desqualificar as pressões internacionais em prol da democracia e dos direitos humanos, pressões que todos sabemos - e já sabíamos naquela altura - seriam importantes para fazer avançar a redemocratização no Brasil e em vários outros países.

• A verdade, em suma, é que faltava à diplomacia brasileira a força da legitimidade com que, depois do retorno à ordem democrática, continuou a bater-se por muitas causas que já eram boas e passou-se a lutar por outras que os governos daquela época não queriam ou não podiam defender.

• Queridos formandos, ao me honrarem com a escolha para ser o paraninfo da turma, vocês me deram a oportunidade única que eu - como também, creio, muitos de nós que nos formamos em silêncio, toda uma geração de diplomatas - gostaria de ter tido vinte e dois anos atrás".

Ele foi o nosso campeão dos direitos humanos

Na manhã do dia 19 de agosto de 2003, os brasileiros se puseram na frente dos aparelhos de TV e dos computadores ligados na Internet para torcer pela vida de outro brasileiro, que nem foi campeão de Fórmula Um nem ganhou uma Copa do Mundo de futebol. Sérgio Vieira de Mello, que acabou morrendo, juntamente com outros 22 colegas de trabalho, em atentado ao escritório da ONU, em Bagdá, foi um campeão dos direitos humanos. Segundo Kofi Annan, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ele "deu a vida pela paz e a reconciliação".

Nós, brasileiros, começamos a conhecer melhor o trabalho de Sérgio Vieira de Mello, quando, no final de 1999, atendendo a um convite de Kofi Annan, o funcionário das Nações Unidas foi escalado para ajudar na reconstrução do Timor Leste, destroçado por anos de dominação da Indonésia. A imagem daquele homem bonito, de pele bronzeada, bem vestido, sempre com um sorriso no rosto, começou a fazer parte do nosso cotidiano.

A sua atuação junto aos timorenses, como chefe da Administração Transitória da ONU para o Timor Leste, estendeu-se até 2002, quando entregou o país ao presi-

dente eleito, Xanana Gusmão. "Não sou um pacificador, sou apenas um homem que procura cumprir suas missões, que busca saber o que as pessoas desejam, deixando-as felizes e em paz", foi assim que o brasileiro definiu-se, pouco antes de passar o comando para o dirigente eleito.

Reação no Timor

Seu estilo e sua simpatia, aliados a uma extrema capacidade de trabalho conquistaram o povo timorense. Pequenos detalhes, como sempre conversar em português, língua que havia sido proibida pelos indonésios e a preocupação de cumprimentar um a um, fizeram do brasileiro um homem querido por aquele povo. Logo que soube da morte de Sérgio Vieira de Mello, o presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, afirmou que o país chorava a morte de um extraordinário e inesquecível amigo. "Sua morte representa uma grande perda para a humanidade, para os defensores da paz no mundo e para a comunidade internacional como um todo. É também uma indicação de que o mundo tem que se unir de forma genuína para construir uma paz duradoura", afirmou Gusmão.

Matthew Sleeth

Sérgio Vieira e Xanana Gusmão discutem o processo de transição política no Timor Leste

Sérgio Vieira de Mello foi morto aos 55 anos, exatamente quando achava que sua vida iria traçar caminhos mais tranqüilos, depois de ter atuado no Timor, Kosovo, Camboja, Moçambique, com o perigo sempre morando ao lado. No ano passado, foi convidado por Kofi Annan para assumir o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, em Genebra. Acabou comprando uma casa, para onde se mudou com a namorada e também funcionária da ONU, a argentina Carolina Larriera. Pensava viver momentos de paz, mas estava errado.

O amigo Kofi Annan lhe pediu que fosse ao Iraque, devastado pela guerra e pelas disputas internas para "facilitar" a reconstrução do país e "estimular" a ajuda internacional. Em entrevistas, Sérgio Vieira de Mello reconhecia a dificuldade de sua missão. "O Iraque vive o caos", afirmou. "O povo iraquiano está humilhado. Quem gosta de ver tanques de exércitos invasores em seu país? Eu não gostaria de ver isso em Copacabana".

Trabalho no Iraque

Apesar do pouco tempo de trabalho no Iraque, Sérgio Vieira ajudou a costurar o acordo que criou o Conselho de Governo daquele país. E nos últimos dias da sua vida, viajava para Jordânia, Irã, Síria e outros países vizinhos em busca de apoio à transição. "A situação no Iraque é excepcional e, portanto, requer um enfoque excepcional. O que as Nações Unidas não podem fazer é ofuscar a autoridade da coalizão, tampouco ignorar o legítimo papel que os iraquianos devem ter na determinação do futuro de seu país. O que a ONU pode fazer é ajudar a estabelecer consensos entre os iraquianos e entre os iraquianos e a autoridade da coalizão, além de proporcionar segurança e estabelecer a lei e a ordem", analisou.

Sérgio Vieira de Mello não teve tempo de ver o Iraque novamente em paz, mas a sua morte pode ter despertado nos brasileiros o sentimento de que também é

muito bom ter como ídolos os heróis da paz e, principalmente, aqueles que, topam o desafio de resolver conflitos. Assim foi a trajetória dos 34 anos do brasileiro na ONU.

Nascido no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1948, Sérgio Vieira de Mello era filho do embaixador Arnaldo Vieira de Mello e de Gilda Vieira de Mello. Estudou no Liceu Franco-Brasileiro, em Laranjeiras, e foi, em seguida, para a Europa, onde concluiu Filosofia em Friburgo, e, a seguir, o mestrado em Filosofia na Universidade de Paris. Mais tarde doutorou-se em Letras e Ciências Sociais pela Sorbonne, Paris. Na França, conheceu a ex-mulher, Anie, com quem se casou e teve dois filhos: Adrien e Laurent.

Sonho frustrado

Em 1966, já na capital francesa, Sérgio Vieira de Mello tinha planos de seguir a carreira diplomática, entrar no Itamaraty e trilhar os passos do pai. O prematuro encerramento da carreira do pai, em 1969, cassado pela ditadura militar, fez o jovem carioca mudar de planos. "Não podia entrar para o Itamaraty, que havia vitimado meu pai", disse à revista Veja.

Começou a trabalhar na Organização das Nações Unidas no mesmo ano, no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, como editor de publicações. Sua primeira missão foi em Bangladesh, que tinha ficado independente do Paquistão e estava arrasado. Esteve também no Sudão, Chipre, Moçambique, Líbano e Peru, além da Bósnia, países em profunda crise. Em 1996, foi promovido a secretário-geral assistente e mudou-se para a sede da ONU em Nova York, onde foi, posteriormente, nomeado vice-alto comissário das Nações Unidas para refugiados.

Três anos depois, foi enviado a Kosovo, onde comandou o trabalho das Nações Unidas. Sobre o trabalho com os refugiados de Kosovo, Sérgio Vieira de Mello afirmou em entrevista: "A solução do problema dos refugiados de Kosovo foi realmente uma grande notícia para nós e é óbvio que isso criou um novo contexto nos Bálcãs. Espero seja o último capítulo nessa história trágica da última década, no sudeste europeu". As missões seguintes foram em Timor, Genebra e, a última, no Iraque.

Homem que não morre

Sérgio Viera de Mello foi sepultado no cemitério de Plainpalais, em Genebra. O velório aconteceu no Rio de Janeiro, para onde o corpo foi trazido do Iraque por um avião da Força Aérea Brasileira. Presente no velório e tentando consolar dona Gilda, que por diversas vezes precisou de ajuda para se despedir do filho, o presidente Luís Inácio Lula da Silva a consolou dizendo que homens como Sérgio não morrem. "Penso que dona Gilda perdeu um filho extraordinário, que a ONU perdeu provavelmente um de seus membros mais extraordinários e que o Brasil perdeu um símbolo, um homem que dedicou sua alegria e inteligência à busca de um mundo melhor. Acho que a senhora (dona Gilda) devia pensar assim: homens como Sérgio não morrem. Ele está viajando, quem sabe não está num outro lugar, onde há outro problema, pensando numa solução".

O "diplomata" brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi vítima da brutalidade e do fanatismo do homem. Ao pensar em sua morte, o que mais dói, o que mais parece injusto, é considerar que ele seria a pessoa capaz de promover o retorno da paz aos iraquianos e conduzir aquela nação de volta à democracia. É uma pena.

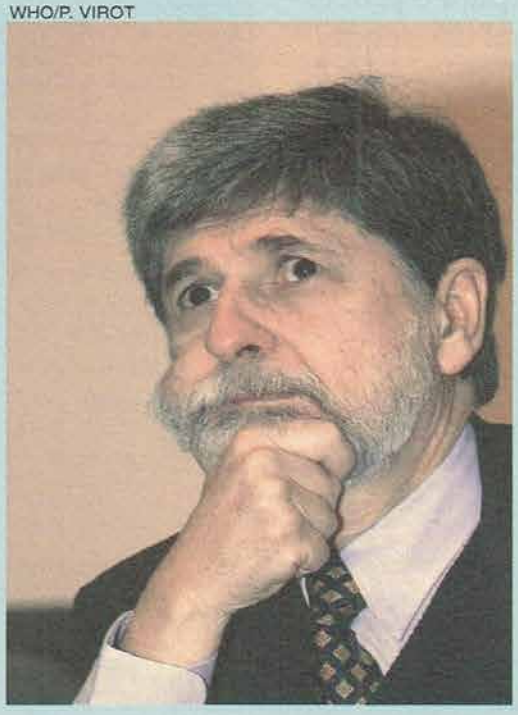
Um brasileiro a serviço da paz

Estou certo de que o exemplo de Sérgio Vieira de Mello inspirará sucessivas gerações de brasileiros e brasileiras

Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 20 de agosto de 2003*

Sérgio Vieira de Mello dedicou sua vida à Organização das Nações Unidas e à construção da paz. Rara combinação de intelectual e homem de ação, Sérgio ingressou no Alto Comissariado para Refugiados da ONU com 21 anos, munido de um idealismo que nunca abandonaria. Pouco tempo mais tarde, concluiria seu doutorado em Filosofia na Sorbonne. Enfrentou espinhosas missões nos mais turbulentos cenários com a mesma galhardia carioca que permanecerá na lembrança de todos aqueles que tiveram a oportunidade de o conhecer.

WHO/P. VIROT



"Tive a honra de trabalhar em parceria com Sérgio Vieira de Mello. Ironicamente, o tema que nos aproximou na época foi a questão iraquiana"

Fluente em vários idiomas, mantinha sua desconcertante espontaneidade tanto em contatos com chefes de Estado quanto no atendimento às vítimas dos conflitos armados, às quais procurava levar socorro e esperança.

Antes de ser indicado por Kofi Annan para o cargo de subsecretário-geral da ONU para Assuntos Humanitários, em 1998, já adquirira uma sólida reputação por seu trabalho de campo em situações de alto risco no Sudão, no Líbano, no Camboja e na Bósnia, entre outros. Sua habilidade política assegurou-lhe o apoio dos integrantes do Conselho de Segurança quando o secretário-geral decidiu indicá-lo como seu representante para o Kosovo, após os bombardeios da Otan na ex-Iugoslávia.

Tarefa de ainda maior complexidade foi-lhe confiada quando Annan o nomeou chefe da Administração Interina de Timor Leste, no período crítico que antecedeu a independência timorense. Em reconhecimento aos inestimáveis serviços por ele prestados à causa humanitária e às Nações Unidas, Sérgio Vieira de Mello foi aclamado pela Assembléia Geral, em 2002, como alto comissário para Direitos Humanos. Nos meses em que exerceu o cargo, dedicou especial atenção à consolidação do Estado de Direito em países recém-saídos de conflitos armados.

Em maio último, quando o Conselho de Segurança buscava cicatrizar as desavenças que o haviam imobilizado no tratamento da crise iraquiana, seu nome despontou como o candidato natural para assumir o que seria sua última e possivelmente mais difícil missão, na qualidade de representante do secretário-geral em Bagdá. Sua morte constitui um sério revés para o processo de reconstrução institucional do Iraque.

Em suas mais recentes declarações, insistia na importância da rápida devolução do poder político aos iraquianos, com vistas ao pleno restabelecimento da soberania do país. O hediondo ato terrorista perpetrado ontem contra o escritório da ONU em Bagdá desfecha um golpe brutal contra aqueles que mais podem fazer pela paz na região, interrompendo um esforço incipiente, mas de resultados encorajadores, de reconciliação nacional.

"Seu exemplo inspirará sucessivas gerações de brasileiros e brasileiras que desejam contribuir para o aperfeiçoamento da convivência entre os povos e as nações."

Tive a honra de trabalhar em parceria com Sérgio Vieira de Mello durante o período em que fui representante permanente do Brasil junto à ONU em Nova York. Ironicamente, o tema que nos aproximou na época foi a questão iraquiana. Em janeiro de 1999, quando assumi a presidência do Conselho de Segurança, acabávamos de vivenciar a interrupção das atividades dos inspetores da ONU no Iraque, e a tarefa principal que se impunha ao órgão era restabelecer um consenso mínimo entre seus membros, para garantir o cumprimento por Bagdá de suas obrigações na área de desarmamento. Foram constituídas três comissões sob minha coordenação, com o mandato de elaborar não somente recomendações para o desmantelamento da capacidade iraquiana de destruição em massa, como também diretrizes para a redução do sofrimento da população civil e para a prestação de contas quanto ao destino dos prisioneiros de guerra.

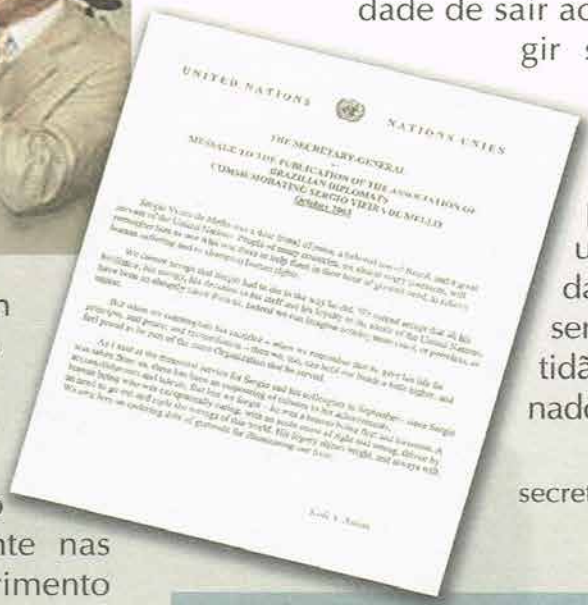
Sérgio desempenhou um papel central na elaboração do relatório sobre a situação humanitária, revelando a um só tempo sua sensibilidade com relação às carências dos desvalidos e sua vocação para a identificação dos consensos possíveis. São traços que marcaram toda a sua brilhante carreira como funcionário da ONU e incansável defensor do multilateralismo.

As inúmeras manifestações de consternação e pesar pelo desaparecimento precoce de Sérgio Vieira de Mello, provenientes dos mais diversos quadrantes, representam um tributo a um artesão da paz que, em suas múltiplas e árduas missões pelo mundo, soube honrar a confiança nele depositada pela comunidade internacional. Estou certo de que seu exemplo inspirará sucessivas gerações de brasileiros e brasileiras que desejam contribuir para o aperfeiçoamento da convivência entre os povos e as nações. Ao decretar luto oficial e agraciá-lo postumamente com a Ordem Nacional do Mérito, o presidente da República inscreve o nome de Sérgio Vieira de Mello no panteão de heróis que honraram o nome do Brasil.

Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Mensagem do secretário-geral da ONU à Associação dos Diplomatas Brasileiros

UNHCHR



UNITED NATIONS NATIONS UNIES

THE SECRETARY-GENERAL

MESSAGE TO THE PUBLICATION OF THE ASSOCIATION OF BRAZILIAN DIPLOMATS

CONSIDERATING SERGIO VIEIRA DE MELLO

Sérgio Vieira de Mello era um amigo querido, um filho amado do Brasil, e um grande funcionário das Nações Unidas. Pessoas de vários países, em quase todos os continentes, se lembrarão dele como alguém que sempre esteve presente nas horas mais difíceis para aliviar o sofrimento humano e lutar pelos direitos humanos.

Não podemos aceitar o modo como Sérgio morreu. Não podemos aceitar que todo o seu brilho, sua energia, sua devoção à sua equipe e sua lealdade aos ideais das Nações Unidas tenham sido abruptamente tirados de nós. De fato não podemos imaginar nada mais cruel, mais sem sentido, mais injusto.

Mas quando contemplamos seu sacrifício - quando nos lembramos de que ele deu sua vida por princípios, pela paz, pela reconciliação - então também poderemos levantar nossas cabeças um pouco mais, e sentir orgulho de pertencermos à mesma organização à qual ele serviu.

Como disse no velório de Sérgio a seus colegas em setembro último, desde que Sérgio nos foi tomado, tem havido uma profusão de tributos às suas conquistas, realizações e ao seu talento. Mas não esqueçamos que, antes de tudo, ele era um ser humano. Um ser humano de excepcional atenção, agudo senso do certo e do errado, extremamente motivado pela necessidade de sair ao mundo e corrigir seus erros. Seu legado brilha e brilhará para sempre. Temos para com ele uma imensa dívida e um enorme sentimento de gratidão por ter iluminado nossas vidas.

Kofi A. Annan
secretário-geral da ONU

Os arquitetos mal se deram
conta do que à rua sucedera
quando o céu despencou sobre
as cabeças sem mais consolo
e o chão abriu-se sob as pernas
como um abismo sob o esforço.

Vi toneladas de destroços
levantados pelo ar em ondas
sísmicas, os vidros lançados
sobre as árvores, vigas de aço
curvarem-se humilhadas e sem
esperança no fundo da mente.

O bombeiro levantou a laje
e resgatou meu íntegro corpo
como um minuto numa tarde.

Davino Ribeiro de Sena

Timor Leste chora a morte do brasileiro Sérgio Vieira de Mello

A notícia chegou como um raio. De madrugada, autoridades do Corpo Diplomático foram acordadas com telefonemas aflitos que transmitiam a morte do homem que fora responsável pelo bom andamento dos tempos incertos do início da afirmação democrática de um país que renascia. Timor-Leste começara a chorar a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Eu soube pela manhã, a caminho da embaixada. Sentimento de tristeza pela perda de um brasileiro importante no panorama internacional. Mas não podia imaginar as cenas que presenciaria e das quais também participaria.

Início do expediente, um ônibus pára à frente da bandeira verde-amarela, hasteada a meio mastro no jardim da missão brasileira. Descem homens e mulheres, nas mãos coroas de flores, velas e pequenos buquês em vermelho e amarelo, as cores de Timor. Vinham trazer condolências e expressar seus sentimentos de pesar àqueles que consideravam representar a pátria e a família de Sérgio Vieira de Mello.

Em meio a certa surpresa, apressadamente providenciamos o primeiro livro de condolências, recebemos a equipe que trabalhara com Sérgio Vieira na missão da ONU em Timor, o embaixador Kywal de Oliveira disse algumas palavras e todos fizemos uma oração em memória do amigo perdido. As flores foram depositadas sob a placa da embaixada do Brasil e ali também acenderam-se as velas sobre um pedestal improvisado.

A essas primeiras manifestações de carinho seguiram-se muitas outras homenagens. As autoridades timorenses compareceram em peso à embaixada brasileira para assinar o livro de condolências, agora já devidamente oficializado em forma mais apropriada que o primeiro. E mais coroas e ramos de flores, velas e cartazes continuaram a chegar e eram colocadas sobre a mesma placa, que se transformara em altar para as orações daqueles que passavam pela rua ou que entravam para assinar o livro. Vieram todos, timorenses e estrangeiros. Durante uma semana recebemos, na embaixada, abraços sentidos e pêsames, como se fôssemos parentes próximos de Sérgio Vieira de Mello.

Arquivo Ana Lúcia de Oliveira Paes

O povo timorense chora pela morte de Sérgio Vieira

Aconteceram cerimônias oficiais e também uma missa na Catedral de Díli, concelebrada pelo vigário-geral e cerca de dez outros padres. Alguém me disse que ali estavam todos os padres de Timor! Na Catedral, grande e superlotada, o retrato de Sérgio Vieira de Mello estava à direita do altar-mor, sobre um fundo de "tais" (tecido típico timorense, feito no tear), para que todos pudessem recordar a fisionomia sorridente do homem que tanto significa para a história recente da Nação.

Foi enorme a comoção provocada em Timor-Leste pela morte de Sérgio Vieira de Mello. Pude constatar, de muito perto, o quanto era estimado e respeitado pelo povo timorense.

Ana Lúcia de Oliveira Paes
Advogada da União, lotada no MRE

Homenagem à vida de Sérgio Vieira de Mello

Herói, indivíduo notabilizado por seus feitos guerreiros, sua coragem, tenacidade, abnegação, magnanimidade, aquele que arrisca a vida pelo dever ou em benefício de outrem. Assim o Dicionário Houaiss definiria Sérgio Vieira de Mello. Essa foi a viva constatação que tive quando a ele me apresentei, em seu gabinete em Genebra, no início de meu estágio junto ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. Era o dia 16 de outubro de 2002, um dia inesquecível para mim, aluno do Instituto Rio Branco.

Arquivo Murilo Vieira Komniski

Sérgio Vieira de Mello confraterniza com seus colegas no Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, em Genebra

Tive a honra de trabalhar com Sérgio Vieira logo no início de minha carreira e fiquei particularmente tocado pela oportunidade de prestar aqui, na ADB, a devida homenagem a esse homem de bem, a quem Guimarães Rosa certamente reputaria o adjetivo de "bom jagunço" e de "Homem do Sertão" brasileiro. Tinha a alma grande, um senso de justiça e princípios inquebrantáveis.

Além de um grande conhecedor dos trâmites da burocracia da ONU, era um homem de ação, um homem do trabalho de campo, como gostava de dizer. Talvez por sua experiência em áreas conturbadas como Angola, Bósnia, Iugoslávia, Kosovo, Timor Leste e, posteriormente, em Bagdá, Sérgio - como era chamado por seus funcionários e amigos - sempre cultivou uma enorme habilidade política e diplomática na busca incessante do diálogo entre as partes. Soube associar, sobretudo, sua trajetória e suas capacidades profissionais com a postura de uma pessoa acessível, aberta, carismática.

Generoso, chamava-me sempre a acompanhá-lo em reuniões e trabalhos importantes no Alto Comissariado por decisão própria. Pude ver sua atuação em momentos-chave como as articulações para a eleição da embaixadora líbia para presidir a mesa da 59ª sessão da Comissão de Direitos Humanos, sobre a questão dos territórios árabes ocupados e as situações dos direitos humanos em países específicos. Queria imprimir um ritmo mais dinâmico ao Alto Comissariado, coordenar as ações do sistema ONU dos direitos humanos com aquelas do direito humanitário, aproximar as diretrizes do Escritório em Genebra da realidade concreta "no campo", dar atenção especial ao Direito da Mulher, ao combate ao racismo e à xenofobia, e, principalmente, zelar pela indivisibilidade dos direitos humanos. Estou certo de que se dará continuidade ao seu trabalho.

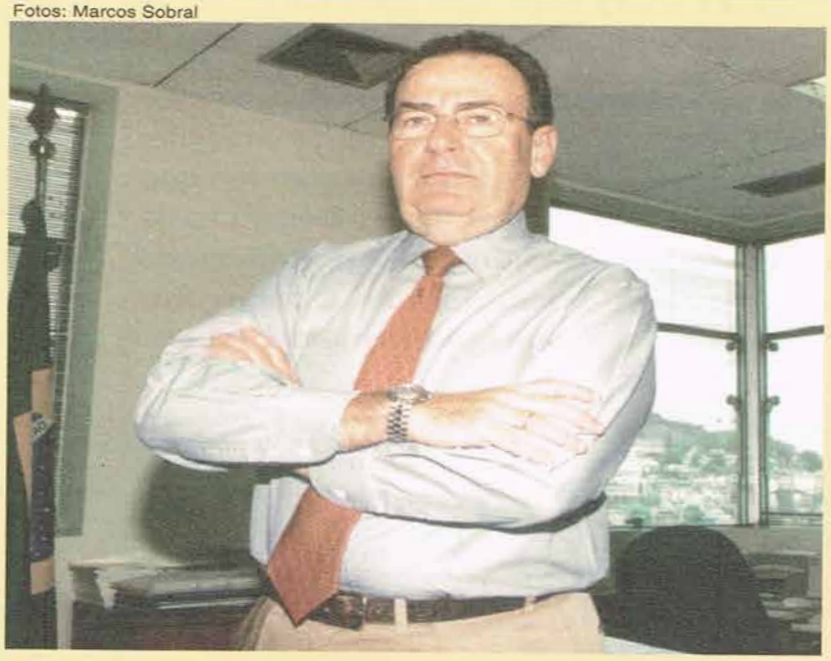
Lembro-me de nossa primeira conversa, da satisfação ao receber seu incentivo para que seguisse a carreira diplomática com obstinação, coragem e sensibilidade. Lembro-me das nossas conversas sobre filosofia e literatura e de seu gosto especial pelo "Grande Sertão: Veredas". Lembro-me da frase sempre dita pelo jagunço Riobaldo, que se encaixava perfeitamente às lides diplomáticas do Sérgio, e que nós repetíamos em companheirismo: "viver é muito perigoso".

Murilo Vieira Komniski

O País está na direção certa

O embaixador Sebastião do Rego Barros, diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), considera que o governo e o País estão caminhando na direção certa. Na entrevista exclusiva concedida ao Boletim da ADB, no Rio de Janeiro, ele falou sobre a experiência de trabalhar fora da carreira, das prioridades do órgão que dirige e dos rumos da política externa brasileira. O embaixador também garantiu que os conflitos - "muito mais declaratórios do que reais" - da ANP com a ministra Dilma Roussef estão superados e fez ressalvas à proposta do governo federal para a reestruturação das agências de regulação. O otimismo do diretor-geral da ANP só desaparece quando ele fala das perspectivas das relações Norte-Sul na área do comércio externo: "O Brasil não vai ter vida fácil nas negociações com os países desenvolvidos". Ele afirma que não vai tentar um segundo mandato na ANP e também não deve retornar à carreira diplomática porque já está aposentado.

Fotos: Marcos Sobral



A formação diplomática contribui para o exercício da função de diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo?

A formação na academia e no Rio Branco e a experiência de trabalhar para o governo em negociações dos mais diversos assuntos faz a pessoa se sentir muito segura, mesmo quando chega a um setor que tem suas especificidades. O diplomata acaba não só estudando, mas também lidando com assuntos jurídicos, econômicos e políticos. Na verdade, o mundo não muda muito, continua sendo um mundo marcado pelo Direito, pela Economia e também pela Política.

A Diretoria-Geral da ANP é o primeiro cargo público que o senhor ocupa fora do Itamaraty?

Sim. Eu entrei para o Itamaraty em março de 1962 e, em 2 de janeiro de 2002, pela primeira vez, fui trabalhar fora do Itamaraty.

O senhor já atuou na área de energia quando trabalhou no Itamaraty?

Sim. Eu tratei especificamente de petróleo entre 1974 e 1977. Uma grande parte da minha experiência diplomática esteve relacionada com energia em geral, energia nuclear e fontes novas e renováveis de energia. Fui representante do Brasil na Conferência Norte-Sul para Cooperação Econômica Internacional e da Conferência de Fontes Renováveis de Energia. Também fui presidente de uma comissão sobre armazenamento de plutônio na Agência Internacional de Energia Atômica. Portanto, energia e petróleo já eram assuntos fami-

liares para mim quando cheguei na ANP.

No entanto, é quase impossível você estar preparado tecnicamente para tudo. Porque para dominar todas as questões sobre petróleo é necessário ser jurista, engenheiro de produção e de exploração, geólogo, químico, economista e outras especializações. O leque é muito amplo porque começamos no poço e temos de chegar até o posto. São funções e problemas muito diversos. Então, o que quero dizer é que para ser diretor de uma agência como a ANP, não é preciso ter, exclusivamente, conhecimentos específicos sobre petróleo.

Qual é o papel e quais são as prioridades da ANP neste momento?

A ANP tem um papel, obviamente, importante, até porque o tema é importantíssimo. O petróleo, no mundo, nem sempre é objeto de regulação porque ele é uma *commodity* e um bem, enquanto o gás natural tem semelhanças com as comunicações, telecomunicações e a energia elétrica porque faz parte de uma indústria de rede. Todas essas áreas funcionam como monopólio natural, o que justifica a necessidade da regulação.

A prioridade da ANP é a criação de um ambiente propício para os investimentos na exploração, na produção e, futuramente, em transportes e no refino. Temos de garantir que as regras sejam claras e que elas não mudem de uma hora para a outra. É nosso papel também fazer um mercado de distribuição e revenda, onde haja menos adulteração e sonegação. Neste aspecto, é necessário uma certa moderação no Judiciário na concessão de liminares que acabam criando um ambiente propício para as irregularidades.

Como é que o senhor avalia a implantação do modelo norte-americano das agências de regulação no Brasil?

A gente não pode dizer que a agência reguladora seja uma experiência só americana. O modelo começou nos Estados Unidos e depois passou a ser utilizado no mundo inteiro. A sua presença é necessária em todos os campos onde há o monopólio natural ou o monopólio de fato.

É importante também que as regras não mudem com muita freqüência em função da mudança de ministros. O processo de substituição gradativa dos diretores das agências dá mais confiança ao investidor. Por outro lado, o fato de os diretores terem mandatos faz com que eles tenham mais liberdade com relação ao governo.

Porém, não defendo, de maneira alguma, que a agência reguladora tenha liberdade de fazer o que bem entender. Ele deve seguir a lei e os organismos de controle devem atuar, mas a estabilidade, as regras claras para o setor são muito positivas. O atual governo chegou com uma visão, talvez, demasiadamente ideológica, que me parece que já mudou muito claramente. Essa é a posição que eu tenho sentido tanto da parte da Casa Civil como do Ministério das Minas e Energia.

O senhor considera adequado que as agências acumulem as atribuições de normatização e fiscalização dos serviços públicos?

Eu creio que sim, mas acho que a discussão é menos de regulação e fiscalização e mais entre concessão e fiscalização. Eu tenho dúvidas se aquele que concede deve fiscalizar. Há países em que isso não ocorre e há outros em que ocorre. Eu não tenho uma posição religiosa sobre isso.

No caso de uma agência reguladora, pelo fato de ter uma diretoria colegiada, creio que o acúmulo das competências de autorizar, conceder e fiscalizar não me parece uma coisa grave. Até hoje as con-

cessões da ANP não levantaram polêmica, mas é claro que pode acontecer um erro aqui e outro ali. Mas a ANP vai fazer seis anos e nunca estourou nenhum escândalo e isso, em um país como o nosso, é uma coisa importante.

As agências foram capturadas pelos interesses privados ou elas realmente priorizam os interesses do Estado e dos usuários?

Não há essa crítica em relação à ANP porque o petróleo não tem tarifa. O preço dos combustíveis é livre e, ao mesmo tempo, é dominado pela Petrobrás. Essa é uma questão de mercado, já que o petróleo é uma *commodity* internacional. No caso da ANP, nós não temos que regular tarifa e, talvez, essa seja a causa das acusações contra a ANEEL e a ANATEL.

Qual a opinião do senhor sobre a proposta do governo para a reestruturação das agências de regulação?

O projeto que vi me parece mais ou menos bem. Eu tiraria algumas pequenas coisas como, por exemplo, a ouvidoria especial, que me parece um certo exagero pelo fato de que já existe uma lei sobre esse assunto. Segundo, as agências já têm muito controle porque respondemos ao TCU e à Procuradoria-Geral. Acho a proposta do contato de gestão algo meio complexo, que pode acabar tirando a liberdade dos diretores. Mas tirando isso, penso que o governo está no bom caminho e tenho a impressão de que o País vai marchar para um modelo mais ou menos intencional de agência reguladora.

O senhor acredita que essa mudança pode comprometer os investimentos estrangeiros no País?

Não. O que pode comprometer é a incerteza. Teria sido melhor se não tivesse havido tantas críticas, mas o fato é que houve. Então, acho que o governo tem de fazer um trabalho para oferecer segurança ao investidor. Isso é muito importante em um país como o Brasil, que muda muito, porque você tem países em que as coisas não mudam. Na Suíça, por exemplo, as coisas não mudam há 700 anos, pois a última coisa que aconteceu por lá foi o Guilherme Thell. Mas, no país onde as coisas mudam muito, é importante você transmitir a mensagem de que vai haver regras permanentes. Os modelos, os paradigmas e as tecnologias podem mudar, mas não vai haver uma acomodação de acordo com a cara do freguês.

O conflito inicial entre a ANP e o Ministério das Minas e Energia está superado?

Posso dizer, com muita segurança, que sim, porque o conflito foi muito mais verbal e declaratório do que real. Nós, no início, ficamos assustados com o discurso do governo, mas com relação ao Ministério de Minas e Energia, não. Houve sempre razoabilidade e alguns pontos em que não havia acordo anterior foram resolvidos com diálogo. Eu estaria sendo absolutamente injusto e inverídico se dissesse que não há um bom diálogo com o Ministério das Minas e Energia.

Como o senhor está vendo os rumos da atual política externa brasileira?

A política externa brasileira não tem mudado muito. A sua maior característica é a seriedade, e a ênfase na integração da América do Sul é corretíssima. Foi uma década muito difícil para a América Latina, em geral, e para a América do Sul em par-

ticular. Vejo com muito bons olhos a viagem do presidente Lula à África, pois é um continente com que o Brasil não pode deixar de ter um diálogo muito aberto. É um momento em que também devemos voltar a dar ênfase à cooperação do Brasil com os países de grande dimensão como China, Índia e Rússia. Sempre fui favorável à tese de que o Brasil não deve favorecer as negociações no seio da ALCA, apesar de concordar que o País não pode se ausentar dessa discussão. Acho que, com relação à ALCA, o Brasil não pode ter outra posição se não esta que vem tendo.

O senhor é otimista com relação às mudanças nas relações Norte e Sul de comércio externo?

Não. Eu não vejo, nos próximos tempos, mudanças muito grandes nos países desenvolvidos porque eles têm sociedades organizadas que subsidiam suas produções, principalmente agrícolas. Eles conseguem subsidiar e, ainda assim, possuir moeda forte e sustentar um déficit público que é perfeitamente financiável. Aprendi que subsídio é pecado para país pobre, mas para país rico não é. Lamento que seja assim, mas por muito tempo vai continuar sendo assim. O Brasil não vai ter uma vida fácil nas negociações comerciais com os Estados Unidos, a União Européia, o Japão e nem com nenhum país desenvolvido. O País tem mesmo é que fazer a integração da América Latina, principalmente da América do Sul. É necessário aumentar as exportações para os grandes mercados que estão aparecendo e sofisticar a produção porque é possível penetrarmos nos países desenvolvidos, se tivermos produtos com tecnologia avançada. Não vejo, infelizmente, a possibilidade de o mundo desenvolvido fazer aberturas porque os *lobbies* dos setores agrícola, siderúrgico e têxtil são muito antigos, organizados e fazem parte da própria estrutura do poder. Se eles mudarem a política agrícola, aquilo que for poupado com subsídio vai gerar problemas sociais. Então, não vejo mudança no curto prazo.

O senhor deve cumprir um segundo mandato na ANP ou a idéia é retornar para a carreira diplomática?

A minha idéia é concluir o mandato e não buscar a recondução. Eu também não pretendo voltar para a carreira porque já me aposentei. Não quero voltar porque, quando ingressei no Itamaraty, o limite para a aposentadoria era de 65 anos e depois, com a Constituição de 1988, passou para 70. Mas prometi a mim mesmo que respeitaria aquele limite que existia quando entrei.

Como diplomata aposentado, qual o balanço que o senhor faz da sua experiência na ANP?

A experiência está sendo muito boa. Eu sempre achei que o Itamaraty, em vez de dificultar - como dificultou no passado muito mais do que agora - devia estimular a saída temporária de seus membros. Até mesmo para o setor privado. É uma experiência em que se aprende muito e que permite ver as coisas com outro ângulo de visão. Enfim, se tivesse de enfrentar novamente as lutas que eu tive dentro do Itamaraty, defenderia essa opinião com mais vigor do que defendi no passado.

Imprensa denuncia quadro de dificuldades financeiras do Itamaraty

A situação de penúria econômica do Itamaraty deixou de ser um assunto interno do governo federal, e ganhou, nas últimas semanas, as páginas dos jornais de todo o País. Nas capitais européias, como Londres e Paris, e também na Big Apple, os diplomatas estão vivendo dias de horror. Enquanto alguns estão a ponto de serem despejados, outros tiveram de recorrer a empréstimos bancários.

Os benefícios concedidos pelo MRE como o auxílio-moradia ("RD") não são liberados há quase cinco meses. A causa de toda essa pindaíba se resume à falta de repasse de recursos do Ministério do Planejamento.

"Pendura" geral

Segundo a imprensa, o Itamaraty solicitou uma suplementação orçamentária no valor de R$ 800 milhões para poder regularizar toda a situação, mas o governo só liberou R$ 196 milhões. O saldo devedor envolve uma série de contas, inclusive de energia elétrica, telefone e aluguel. De acordo com o jornal *Folha de São Paulo*, a dívida global do MRE chega a R$ 15 milhões, sendo que R$ 200 mil são devidos somente à Embratel.

O governo também deixou atrasar as contribuições que deve aos organismos internacionais, a exemplo da Unido (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) e a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). A imprensa divulgou também que o MRE devia cerca de R$ 400 milhões para o seu quadro funcional, mas, após a denúncia e diante das ameaças de greve de funcionários locais, a verba para o pagamento dos funcionários foi parcialmente liberada.

Oposição critica

O deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) divulgou, em outubro, um estudo sobre a falta de recursos para a execução dos programas de governo. "Nós fizemos um requerimento de informação para os ministérios e descobrimos que não há recursos suficientes". Na opinião de Pauderney, a popularidade e a origem do presidente Lula não o isentam de qualquer cobrança.

A deputada Maninha (PT-DF), por sua vez, entende que a atual situação do Itamaraty é resultado da má gestão anterior. "Não há uma política de cortes no governo petista. As dificuldades enfrentadas atualmente são fruto do orçamento repleto de cortes que nos foi repassado".

Maninha garante que essa crise será sanada com o próximo orçamento. "Acredito numa melhora para o próximo ano. Estamos definindo prioridades e uma delas é a execução da política externa", afirma a parlamentar.

O deputado Pauderney Avelino concorda em parte com a deputada petista. Na sua opinião, a penúria vivida pelo Itamaraty é antiga, mas a política de contingenciamento do governo Lula vem agravando a situação. "O arrocho fiscal já está rendendo ao governo um resultado muito superior ao estipulado pela meta de superávit primário, que é de 2,45%". O deputado afirma, ainda, que está havendo uma retenção de investimentos que se reflete em todas as áreas.

Governo prioriza política externa, mas não garante as condições de trabalho para os diplomatas

A política externa que vem sendo implementada pelo governo federal tem arrancado aplausos até mesmo dos partidos de oposição. Mas, se a diplomacia brasileira é capaz de formar inusitados consensos, as condições de trabalho dos diplomatas são alvo de muitas críticas e reclamações. O atraso no pagamento de fornecedores das embaixadas que foi denunciado pela mídia, é apenas a ponta do iceberg, pois, na verdade, existem também sérios problemas relacionados com o pagamento de salários, condições de vida, auxílio-moradia, política de remoção funcional, entre outros.

O pagamento de diárias no exterior está atrasado há quatro meses e alguns diplomatas estão correndo o risco de despejo por causa da falta de pagamento do auxílio-moradia, que já dura cinco meses. A situação no Itamaraty, em alguns casos, chega a ser alarmante e a qualidade de vida do diplomata e de suas famílias está cada vez mais difícil de ser mantida.

Um dos problemas é o valor das diárias nacionais e internacionais, considerado insuficiente pelos diplomatas. Segundo o embaixador Júlio Zelner, "a diária precisa cobrir a hospedagem, a alimentação e a locomoção. Se não cumpre esses requisitos, perde o sentido e o funcionário passa a pagar para trabalhar". O ministro explica, ainda, que o valor deve variar de acordo com a função e o custo de vida local, levando em conta que os funcionários devem se hospedar com dignidade.

Adriana Rodrigues Martins, 3ª secretária, concorda com o ministro. Em muitas ocasiões, o diplomata precisa utilizar seu próprio dinheiro para pagar almoços ou jantares e até completar diárias em hotéis. "Quando você viaja, os gastos são inúmeros: táxi, hotel, refeição. O dinheiro que recebemos está muito aquém. Isso realmente precisa ser revisto, os valores estão defasados".

Auxílio-moradia

O auxílio-moradia é outro grave problema para os diplomatas que estão fora do País. No exterior, os aluguéis residenciais são altíssimos e muitas vezes comprometem os salários dos funcionários, como afirma Alessandra Vinhas, 3ª secretária cujo posto é a embaixada brasileira em Lima.

"O Trabalho no exterior exige, em vários momentos, que a nossa casa seja uma espécie de prolongamento da embaixada. Não recebo a residência diplomática (RD) há mais de três meses". A secretária conta que o atraso só não se tornou um peso brutal no orçamento porque ela conseguiu alugar um imóvel mais barato.

Para Adriana Martins, que já morou no exterior, mas atualmente vive no Brasil, o sistema de auxílio-moradia é falho e equivocado. A diplomata entende que o benefício precisa ser revisto. "Poderíamos re-

ceber no contracheque e também optar por comprar ou não um imóvel, é um dinheiro enorme que se joga fora, tanto nós diplomatas como o próprio Itamaraty".

O conselheiro Rodrigo Amaral do Santos, chefe do setor econômico e comercial da embaixada brasileira em Roma, afirma que o auxílio-moradia tem uma importância fundamental para o orçamento de grande parte dos diplomatas. "Nos países e cidades que possuem um custo de vida elevado, esse auxílio pode chegar a representar 90% ou mais do valor do aluguel do imóvel utilizado como moradia". Na opinião do conselheiro, esse benefício deveria ter classificação orçamentária de despesa de pessoal e não de custeio. "Como despesa de custeio, em qualquer dificuldade o governo acumula recursos e o auxílio-moradia é suspenso ou retardado".

Drama da educação

Além de o Itamaraty não assegurar auxílio-educaão para os diplomatas, existe também outro problema nada desprezível para os diplomatas. As matrículas e as mensalidades no exterior alcançam valores exorbitantes, que não podem ser inteiramente assumidas por eles já que a educação de seus filhos não é custeada pelo Itamaraty.

Os problemas não param por aí. Quando os diplomatas retornam ao Brasil as instituições federais obstruem o processo de transferência dos alunos. O ministro de primeira classe Júlio Zelner sentiu na pele essas dificuldades: "Embora a lei assegure matrícula obrigatória nos estabelecimentos federais, a universidade protela ao máximo e utiliza de toda sorte de subterfúgios para evitar o seu cumprimento, alegando excesso de transferências obrigatórias na capital".

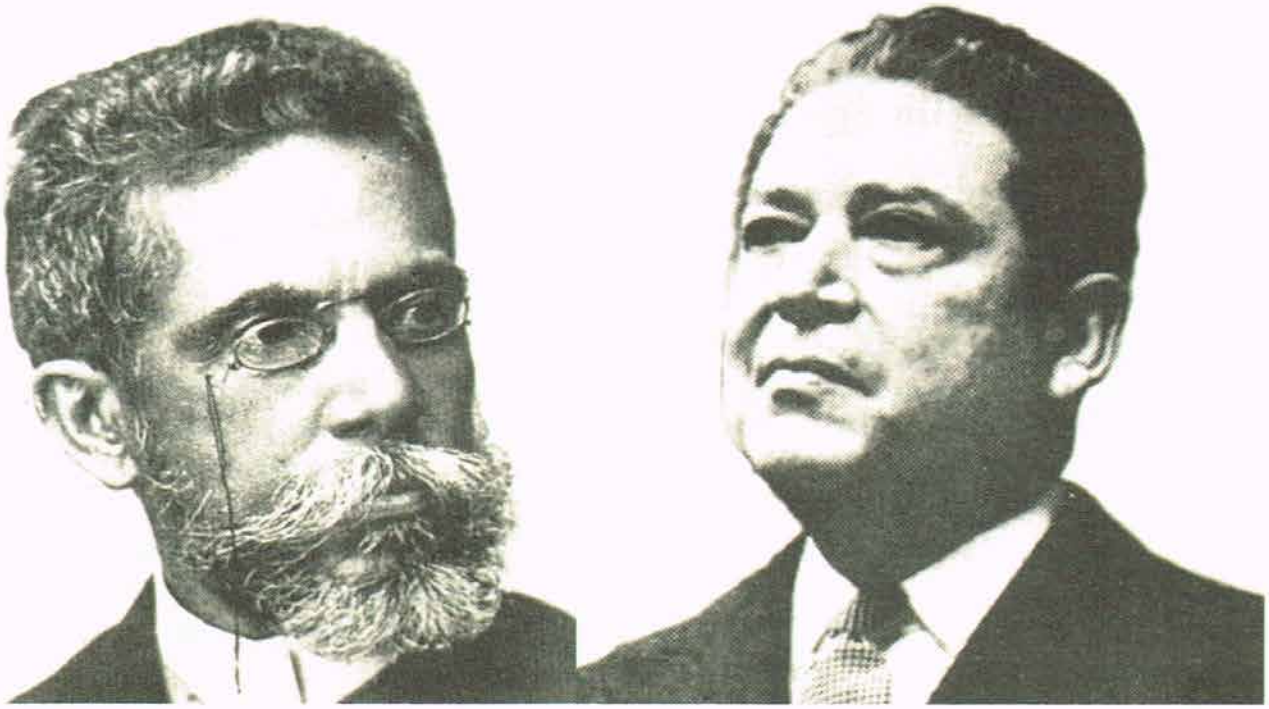
Em alguns países, a escolaridade média ideal - ensino infantil, fundamental e médio - é financiada pelo Estado, o que isenta os diplomatas de gastos com a educação. O problema é que, devido às sucessivas mudanças, os filhos de diplomatas a fim de não perderem o ano letivo, precisam estudar em escolas internacionais, caríssimas tanto no exterior como no Brasil.

Essa é uma das questões mais traumáticas que os funcionários do Serviço Exterior enfrentam. As opiniões dos diplomatas são unânimes quanto à criação de um auxílio-educação. Todos os diplomatas acreditam que esse recurso seria uma forma de garantir a educação de seus filhos.

O secretário licenciado Luiz de Azevedo explica que os estudos são uma preocupação constante para qualquer diplomata, principalmente para aqueles que estão no exterior. Ele afirma que é preciso criar uma política de valorização da cultura brasileira, mas confessa que o desejo é utópico. "Uma política de valorização da cultura brasileira, que incorporasse o ensino brasileiro e o apoio às instituições de ensino local que adotassem o currículo brasileiro seria perfeito".

O primeiro secretário Sílvio Albuquerque, que atualmente está servindo na missão do Brasil na OEA, em Washington, tem uma proposta para resolver a questão da educação dos diplomatas no exterior. "O auxílio-educação deve ser reivindicado como um direito público subjetivo do diplomata e dos servidores do Serviço Exterior. O direito à educação é uma garantia consagrada no artigo 205 da Constituição. Universalidade do acesso e gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental são princípios básicos definidos pela Constituição", reivindica Sílvio.

Encontro de gigantes: Rubén visita Machado



Em 1944, a Fundação Internacional que leva o nome do grande poeta das Américas publicou o excelente "O Brasil em Rubén Darío". Poucos sabem que Don Rubén foi, além de um diplomata habilidoso e competente, um grande poeta, o que prova que a intimista atividade poética não é incompatível com a prosaica atividade pública.

Rubén esteve no Rio de Janeiro, eu ousaria dizer, mais para ter oportunidade de se encontrar com outros homens de letras, do que para desfrutar das honras mundanas da diplomacia, que não o enganavam. Assim é que, nomeado secretário da delegação nicaragüense à Conferência Panamericana do Rio de Janeiro, chegou às terras cariocas, elegantíssimo, naquele tipo de traje que podemos ver no Salão dos Cristais, no Teatro Nacional, em Manágua (de onde nos olha e nos distrai de tudo o mais, com seu ar de dândi do início do século XX). Chegou ao Brasil cercado das atenções de seu colega e amigo, o nosso grande Joaquim Nabuco, então embaixador em Washington.

Obviamente, Rubén Darío não saiu em disparada atrás de políticos e outras eminências da vida oficial. Uma vez prestadas as homenagens de praxe na bela Chancelaria do Itamaraty, saiu Don Rubén em busca de algo que lhe apetecia muito mais. Então se apagava discretamente o diplomata e iluminava-se o homem de letras, ansioso por trocar idéias com outras almas gêmeas. Para algo servem as viagens oficiais, terá pensado, ao olhar em seu redor e ver tantas cariocas bonitas, desfilando a sensualidade de olhos negros pelas ruas do Rio, que apenas começava a modernizar-se.

Estamos em 1906. Com a ajuda de Nabuco, ocorreu-lhe visitar o escritor Ma-

chado de Assis, nosso romancista maior, cronista inigualado, poeta mediano, dramaturgo passável dos costumes do final da Monarquia que terminara pouco antes, em 1889. *Last but not least*, Machado foi o fundador da Academia Brasileira de Letras. Rubén Darío o visitou na casa de Cosme Velho, bairro tradicional do Rio de Janeiro, com ares de outrora.

Com um pouco de imaginação, ainda podemos ouvir em suas ruas os passos do guarda-noturno que, com golpes de bastão no pavimento, anunciava as horas da noite, ressoando promessas de bons sonhos e segurança para os seus plácidos moradores. Pois bem, entremos nesse ambiente digno do melhor dramaturgo inglês: ali vai, caminhando, Don Rubén, um gigante, mas com ares de discípulo que visita, medrosamente, a casa do mestre. Entra agora no salão senhorial de Machado, escritor no apogeu de seu prestígio literário. Está enfermo nesse dia, mas feliz com a visita de um irmão de alma que chegou da distante Nicarágua e quis vê-lo. Rubén também estava feliz na América do Sul, porque lá:

"Existe un pais encantado
donde las horas son tan bellas
que el tiempo va a paso calldo
sobre diamantes, bajo estrellas"
Nesse país havia uma dama misteriosa
com quem se encantou, de maneira ainda
mais misteriosa e discreta:
"pues alli, la flor preferida
para mi es Anna Margarida,
la bella nina del Brasil"

Que mais poderia querer um poeta? Mas esqueçamos a menina Margarida, já triste pela partida de seu vistoso nicaragüense. Rubén entrava agora na casa de Machado. O grande poeta da América hispânica em visita ao maior escritor de um Brasil português. Um abraço forte, olhos úmidos e dois homens mágicos de palavras, olhando-se apenas. (Ninguém me contou, mas posso imaginá-lo). Estavam totalmente esquecidas a Conferência Pan-americana e as obrigações diplomáticas, aborrecidas, que se perderiam pelo próprio vazio, na noite dos tempos. Ficaria somente a memória daquela visita. Antes de despedir-se de Machado de Assis, Rubén Darío lhe ofereceu uns quartetos, em que traça o perfil físico e psicológico do mestre brasileiro:

"Dulce anciano que vi, en su Brasil de
fuego y de vida y de amor, todo
modestia y gracia.

Moreno que de la India tuvo su
aristocracia aspecto mandarino lengua de
sabio griego.

Acepta este recuerdo de quién oyó una
tarde en tu divino Rio tu palabra salubre
dando al orgullo todos los harapos en
que arde y a la envidia ruin lo que apenas
la cubre".

E assim, com esse poema escrito por Rubén Darío no "divino Rio", dois anos antes da morte de Machado de Assis (1908), eu vos deixo, amigos leitores, livres para viajar no tempo rumo a esse encontro de gigantes.

Victor Manzolillo de Moraes
Conselheiro aposentado

Homenagem ao senhor embaixador Genaro Mucciolo, que deixou a mais funda marca de competência e simpatia na sociedade nicaragüense.

Diretoria da ADB
Embaixador Luiz Villarinho Pedroso (COR) – Presidente
Conselheira Ana Elisa de Magalhães Padilha Pupo Netto (ISEX) – Diretora Administrativa e Financeira
Embaixador Hélcio Tavares Pires (Aposentado) – Diretor de Assuntos Jurídicos
Conselheira Maria Sílvia Barbin Laurindo (Cerimonial)) – Diretora Cultural
Secretário Milton Rondó Filho (SG)) – Diretor de Assuntos Institucionais
Secretária Fernanda Magalhães Lamego (DAC) – Diretora de Comunicações
Secretário César Augusto Vermiglio Bonamigo (DIC)) – Diretor de Convênios

Suplentes da Diretoria
Secretária Regina Célia de Oliveira Bittencourt (DTS)
Secretário Eduardo Pereira e Ferreira (CDO)
Secretário André Luiz Costa de Souza

Conselho Fiscal
Embaixador Sérgio Damasceno Vieira (ISEX)
Embaixador Hélcio Tavares Pires (Apos)
Conselheiro Igor Kipman (CEMOR)

Secretariado da ADB
Gerente Administrativo: Térsio Arcúrio
Consultora: Clara de Assis G. Siqueira Neto

ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XI – nº 44
Edição Set/Dez de 2003-08-04 ISSN 0104-8503

Conselho Editorial
Eduardo Pereira e Ferreira
Fernanda Magalhães Lamego
Luiz Villarinho Pedroso
Maria Elisa Berenguer
Sérgio Damasceno Vieira
Sérgio Fernando Guarischi Bath

Reportagem
Larissa Bortoni Dias
Ronaldo de Moura
Sulani Paquier

Editor
Ronaldo de Moura

Jornalista Responsável
Larissa Bortoni Dias
(Reg. Prof. 2513/13/13-DF)

Revisora
Joíra Coêlho Furquim

Secretários de Redação
Térsio Arcúrio
Clara de Assis G. Siqueira Neto

Programação Visual
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Diagramação
Wagner Ulisses

Bico-de-Pena
Cícero Lopes

Impressão
Charbel Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem
1.400 exemplares

ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores - Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329-A
70170-900 Brasília - Brasil
Fones: (61) 411 6950 e 224 8022
Fax: (61) 322 0504